



2021
ASSEMBLEIA
FISCALIZA

Prestação de informações sobre a gestão
da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF),
da Secretaria de Estado de Governo
(Segov) e da Secretaria de Estado de
Planejamento e Gestão (Seplag)

— 2/7/2021 —

I – Apresentação

No dia 2/7/2021, as Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Constituição e Justiça, de Desenvolvimento Econômico, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Participação Popular, de Redação, e Extraordinária das Privatizações receberam Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao ano de 2021, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado. Com a mesma finalidade, as comissões também receberam, na ocasião, Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, e Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo. Entretanto, a reunião foi encerrada antes da escuta dessas duas autoridades, pelas razões apresentadas em seção posterior deste relatório.

II – Presenças

- **Comissões Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária:** Dep. Hely Tarquínio (presidente), Dep. Doorgal Andrada, Dep. Zé Reis.
- **Comissão de Constituição e Justiça:** Dep. Bartô (Substituindo Dep. Zé Reis).
- **Demais presenças:** Dep. Celise Laviola, Dep. João Leite, Dep. Rosângela Reis, Dep. Cássio Soares, Dep. Ulysses Gomes, Dep. Ana Paula Siqueira, Dep. João Magalhães, Dep. Gustavo Santana, Dep. Charles Santos, Dep. Beatriz Cerqueira, Dep. Mauro Tramonte, Dep. Betão, Dep. Laura Serrano.

III – Discussões

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, as discussões foram conduzidas no intuito de se obterem informações sobre a gestão das secretarias em 2021, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado para a retomada das atividades rotineiras. Outros temas abordados foram:

- Situação fiscal do Estado no contexto da pandemia;
- Regime de Recuperação Fiscal – Detalhamento do plano de adesão;
- Implementação dos benefícios do Recomeça Minas para o setor empresarial;

- Transparência dos incentivos fiscais;
- Pagamento de precatórios e férias-prêmio por parte do Executivo;
- Pagamento do benefício instituído em lei para filhos de hansenianos;
- Mínimos constitucionais da saúde e da educação;
- Dívida do Estado para com os municípios na área da saúde;
- Cumprimento do acordo com a Associação Mineira de Municípios – AMM;
- Recomposição dos depósitos judiciais;
- Saldo financeiro existente nas contas bancárias administradas pelo Poder Executivo.

Apresentação do secretário de Estado de Fazenda, Gustavo de Oliveira Barbosa

O secretário deu início à exposição com a apresentação do resultado orçamentário e financeiro do Estado para os exercícios de 2018 a 2021, sendo os dados do exercício corrente referentes ao primeiro quadrimestre. Segundo o gestor, Minas passou de um déficit de mais de R\$11 bilhões em 2018 para um superávit de R\$1,753 bilhão no 1º quadrimestre de 2021. Ressaltou, nesse contexto, que o resultado referente a 2021 é influenciado tanto pela sazonalidade na arrecadação do IPVA, que tem maior concentração nos meses de janeiro a março, quanto pelo não lançamento de despesas que ocorrem nos meses posteriores, a exemplo do 13º salário. Lembrou, ainda, que o orçamento aprovado para o exercício é deficitário.

No tocante ao comportamento da despesa com pessoal no mesmo período de análise, o gestor destacou que o indicador utilizado para aferir o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – qual seja, despesa total com pessoal sobre receita corrente líquida – passou de 66,65% em 2018 para 51,97% no primeiro quadrimestre de 2021. Salientou, ainda, que, apesar da redução significativa, o Poder Executivo ainda se encontra acima do limite legal previsto na LRF, que é de 49%.

Na sequência, o secretário apresentou dados referentes à evolução da despesa com pessoal do Poder Executivo por categoria funcional, isto é, evidenciando-se os valores referentes a servidores ativos, a

inativos e pensionistas e a colaboradores terceirizados. Em sua avaliação, os dados indicam um cenário de crescimento estabilizado dessa despesa.

Já em relação ao comportamento da dívida pública estadual, destacou que entre 2018 e o primeiro quadrimestre de 2021 o valor da dívida consolidada líquida passou de R\$106 bilhões para R\$130 bilhões, movimento por ele atribuído principalmente ao fato de o Estado não pagar desde 2018, em virtude de decisões liminares vigentes, os encargos da dívida, de modo que tais valores são incorporados ao estoque. Ressaltou, também, que o indicador empregado na verificação do cumprimento do limite da LRF – qual seja, dívida consolidada líquida sobre receita corrente líquida – RCL –, no mesmo período, caiu de 189,03% para 176,39%, em função do expressivo aumento da RCL.

Quanto à composição da dívida contratual por indexador, evidenciou que 72,82% dela está indexada ao coeficiente de atualização monetária decorrente da renegociação da dívida com a União que ocorreu na década de 1990, ao passo que 23,74% do valor é indexado ao câmbio, o que torna essa dívida cara e imprevisível, razão pela qual seria importante buscar renegociá-la. Os valores da dívida contratual por tipo de moeda somam, segundo a apresentação, R\$103 bilhões em moeda nacional e outros R\$33 bilhões em moeda estrangeira.

Na sequência, o gestor apresentou os valores correspondentes às liminares vigentes em relação à dívida estadual, que totalizam R\$27,2 bilhões até maio de 2021, dos quais R\$23 bilhões são referentes à dívida de competência dos exercícios de 2018 a 2021 e os R\$4,2 bilhões restantes, aos encargos de inadimplência correspondentes.

Já sobre ações desenvolvidas pela pasta no sentido de fortalecer a transparência, o secretário frisou a disponibilização dos seguintes portais eletrônicos que contêm informações referentes às finanças públicas estaduais: iFinanças, Portal da Dívida Pública, Portal da Governança das Empresas Estatais de Minas Gerais e Portal da Previdência Complementar das Empresas Estatais de Minas Gerais.

Quanto à arrecadação tributária do Estado no contexto da pandemia, observou que nos meses de abril a junho de 2020 os valores arrecadados sofreram significativo impacto, mas que essa situação foi revertida ao longo daquele ano. Acrescentou que a *performance* da arrecadação em 2021 tem sido positiva, acima dos valores previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA –, e que o desempenho foi bastante expressivo nos meses de abril e maio. Citou, a esse respeito, o incremento de 26,9% na arrecadação de ICMS entre janeiro e maio de 2021 no comparativo com o mesmo período de 2020, e lembrou que a magnitude desse

aumento é influenciada pelo fato de o desempenho nos primeiros meses de 2020 – base da comparação – ter sido muito baixo.

Em seguida, ao detalhar a arrecadação entre os meses de janeiro a maio de 2020 e 2021 por segmento econômico, o gestor apontou a variação positiva identificada nos setores de combustíveis (18,7%), energia elétrica (4,4%), alimentos (23,8%) automotores (42,0%) e farmacêuticos (21,3%).

No que tange à redução do ônus burocrático para o contribuinte, informou que foram adotadas pela pasta 57 medidas visando a simplificação de obrigações acessórias, além de terem sido suspensos os prazos do Simples Nacional, o que beneficiou as empresas que operam no Estado.

Em relação ao Refis do ICMS, aprovado pela Assembleia, o secretário indicou que, até 25 de junho, haviam sido arrecadados aproximadamente R\$80,2 milhões em decorrência do programa, dos quais R\$59,6 milhões à vista e outros R\$20,6 milhões de forma parcelada. Sobre o detalhamento das habilitações desse Refis, informou que o valor habilitado total corresponde a cerca de R\$957,3 milhões, dos quais R\$542,7 milhões referentes a migrações de carteiras de parcelamentos já existentes e outros R\$414,6 milhões relativos a novas habilitações.

A respeito do programa de autorregularização, que visa permitir a regularização espontânea de um maior número de pendências e irregularidades em uma única plataforma digital, o gestor relatou que já haviam sido feitas 51,7 mil regularizações nesse modelo e que isso resultou em R\$643,5 milhões em créditos regularizados, dos quais que R\$232,1 milhões já haviam sido pagos.

No que concerne ao Convênio ICMS nº 85/2011, o secretário pontuou que esse instrumento foi construído no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – para criar alternativas para as empresas que desejam investir na infraestrutura viária do Estado, possibilitando que investidores destinem, para tanto, parcela do ICMS incremental, com posterior dedução do repasse. O objetivo da medida, de acordo com a apresentação, é atrair mais empresas para o Estado e, ao mesmo tempo, utilizar o crédito outorgado de ICMS para solucionar gargalos de infraestrutura que poderiam ser impeditivos à instalação ou à expansão de novos negócios em Minas.

Com relação ao acordo da Lei Kandir, o gestor esclareceu que, em decorrência da adesão do Estado a ele, foram recebidos, até abril de 2021, R\$527,8 milhões. Já sobre o acordo entre o Estado e a Associação Mineira de Municípios – AMM –, explicou que o total repassado aos municípios foi, até abril de 2021, da ordem de R\$ 3,8 bilhões. Já a propósito do Regime de Recuperação Fiscal – RRF –, reforçou os benefícios da

adesão a ele, inclusive a incorporação da dívida referente às liminares e ao próprio RRF, com um prazo de 30 anos. No que diz respeito à reforma tributária, o secretário destacou a proposta apresentada pelo Conselho Nacional de Secretários de Fazenda – Consezaf – visando uma reforma ampla do sistema tributário nacional.

Na sequência, em relação aos resultados da reforma da previdência, informou que o déficit atuarial do Estado foi reduzido após a mudança, de R\$585,12 bilhões para R\$498,82 bilhões. Ainda sobre esse tema, afirmou que, por meio de uma mudança de estratégia definida em conjunto entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) e o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), foi possível obter, a partir de setembro de 2019, o desbloqueio de restituições referentes à compensação previdenciária com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, de modo que Minas começou a receber os valores a elas correspondentes.

Debate posterior à apresentação

Questionado sobre o motivo de o governo ainda não ter apresentado o detalhamento do plano de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF –, o gestor asseverou que o Poder Executivo não quer esconder nada a respeito da matéria, tanto é que foram feitas duas reuniões com técnicos da Assembleia sobre o assunto. Citou, ainda, os projetos de lei já enviados à Casa e ressaltou que, a propósito das isenções fiscais, elas não seriam alteradas por já estarem “confazadas”. Afirmou, por fim, que não há previsão de aumento da carga tributária no âmbito do RRF.

Indagado a respeito da contabilização de inativos para cumprimento do mínimo constitucional da educação em 2020, bem como sobre as razões que levaram à redução dos gastos em ações e serviços públicos de saúde no mesmo período, o secretário salientou, em relação ao primeiro ponto, que a Lei Orçamentária Anual – LOA – para o exercício previu a contabilização de inativos. Acrescentou que isso está sendo revisto, como parte de um acordo com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG. Já sobre os gastos com ações e serviços públicos de saúde, respondeu que, embora o valor referente ao mínimo constitucional tenha sido menor em 2020, a despesa total com saúde aumentou no período.

Questionado se as propostas de terceirização por parte do Executivo constituem sinalização de que não se pretende mais investir em áreas importantes, o gestor alegou que não possui conhecimento suficiente para debater a matéria e sugeriu uma conversa com outros representantes da pasta mais especializados no assunto.

Perguntado sobre a manifestação contrária do Confaz em relação a parte dos benefícios aprovados no âmbito do Recomeça Minas, bem como sobre o que o Executivo pretende fazer a respeito, o secretário informou que aquele conselho é soberano em suas decisões e que a demanda citada foi apresentada, porém rechaçada. Acrescentou que, em relação a outros processos em curso no Confaz, está aguardando pareceres da Advocacia-Geral do Estado – AGE – para dar prosseguimento a eles.

Questionado sobre a necessidade de maior transparência no tocante às renúncias fiscais do Estado, o gestor redarguiu que, por força da Lei nº 23.385, de 2019, a SEF envia trimestralmente à ALMG informações sobre a matéria. Observou, ainda, que o Estado automatizou vários tratamentos tributários, no intuito de conferir maior celeridade e transparência aos processos relativos a eles.

Indagado acerca do pagamento de precatórios devidos pelo Estado, o secretário informou que esse assunto foi objeto de acordo firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, o qual está sendo cumprido. Já quanto ao pagamento de férias-prêmio devidas aos servidores, reconheceu a existência de uma dívida superior a R\$500 milhões referente à matéria, mas destacou que a prioridade do Executivo, naquele momento, era regularizar o pagamento dos salários do funcionalismo.

Demandado sobre o motivo de as indenizações a filhos de hansenianos não terem sido efetivadas, embora previstas em lei, o gestor replicou que já há um acordo firmado a esse respeito, bem como disponibilidade financeira para isso, e que o Estado está autorizado a efetuar os pagamentos conforme acordado entre as partes.

Perguntado a respeito do planejamento do governo para cumprimento dos mínimos constitucionais da saúde e da educação, a autoridade respondeu que o Estado tem buscado atender a todas as determinações constitucionais, inclusive o cumprimento dos índices mencionados. Acrescentou que a quitação dos passivos existentes está sendo negociada com os órgãos de controle externo.

Questionado sobre o valor que ingressará no caixa do Estado em decorrência da adesão ao RRF, o secretário destacou que a única medida até então aprovada com repercussão financeira era a reforma da previdência, bem como informou que a estimativa de impacto na receita de 2021 decorrente da majoração das alíquotas era de R\$890 milhões.

Indagado a respeito do andamento do processo de recomposição dos depósitos judiciais, o gestor respondeu que a negociação correspondente a essa questão está em fase de acertos finais com o TJMG,

cujo resultado deveria sair nas semanas seguintes. Reforçou, além disso, a necessidade de que tal recomposição seja efetuada.

Demandado em relação ao equacionamento de passivos herdados das gestões anteriores, o secretário afirmou que já haviam sido pagos cerca de R\$4 bilhões dos R\$7 bilhões devidos no âmbito do acordo com a AMM. Além disso, quanto ao pagamento dos salários dos servidores, declarou que o governo vinha buscando dar maior previsibilidade ao processo e pontuou que os servidores da saúde e da segurança pública já estavam recebendo de forma integral. Apontou, ainda, a existência de passivo superior a R\$7 bilhões na área da saúde e destacou, por fim, que o estoque de restos a pagar vem sendo reduzido, embora ainda seja elevado.

Perguntado sobre as expectativas de resultado para o exercício financeiro, tendo em vista o aumento da arrecadação, o gestor respondeu que esse aumento decorre, em primeiro lugar, do fato de a estimativa inicial ter sido feita de forma conservadora, no auge da crise de 2020, bem como do comportamento do PIB e da inflação. Citou ainda os efeitos da melhora da arrecadação, como, por exemplo, a redução dos contingenciamentos e a possibilidade de equacionamento de passivos.

Questionado em relação à suposta existência de saldo de R\$10 bilhões nas contas bancárias do Estado, o secretário afirmou que não dispunha do dado solicitado para repasse imediato e que tal solicitação deveria ser feita por requerimento. Estabelecido um impasse sobre a matéria, a reunião foi suspensa para entendimentos.

Encerramento da reunião

Diante do impasse sobre a divulgação do saldo nas contas bancárias administradas pelo Poder Executivo, o presidente da reunião, deputado Hely Tarquínio, determinou o encerramento dos trabalhos. Em decorrência disso, a secretária de Planejamento e Gestão, Luísa Cardoso Barreto, e o secretário de Governo, Igor Mascarenhas Eto, não puderam ser ouvidos na ocasião.

IV – Requerimentos aprovados

Em decorrência do encerramento da reunião ainda durante a fase de debates, os trabalhos não avançaram até a 2ª fase da 3ª parte, cuja pauta seria o recebimento e a votação de requerimentos. Dessa forma, não houve requerimentos aprovados na reunião.